



FORMULÁRIO DE COMENTÁRIOS E SUGESTÕES  
CONSULTA PÚBLICA Nº 03/2020 - de 20/07/2020 a 02/09/2020

NOME: IBP - INSTITUTO BRASILEIRO DE PETRÓLEO, GÁS E BIOCOMBUSTÍVEIS

<input type="checkbox"/> agente econômico <input type="checkbox"/> consumidor ou usuário		<input checked="" type="checkbox"/> representante órgão de classe ou associação <input type="checkbox"/> representante de instituição governamental <input type="checkbox"/> representante de órgãos de defesa do consumidor
Consulta Pública sobre a minuta de Resolução que estabelecerá as especificações do diesel verde e as obrigações quanto ao controle de qualidade a serem atendidas pelos agentes econômicos que comercializem esse combustível no território nacional.		
ARTIGO DA MINUTA	PROPOSTA DE ALTERAÇÃO	JUSTIFICATIVA
<b>Comentários Gerais</b>	<p>Apresentamos, inicialmente, as premissas dos comentários à minuta de Resolução disponibilizada para a Consulta Pública nº 03/2020:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Adotar tratamento isonômico entre o biodiesel base parafínica (Diesel Verde) e o biodiesel base éster no que tange suas especificações, requisitos e possibilidades;</li> <li>Permitir a utilização do Diesel Verde (biodiesel base parafínica) para substituir tanto o Diesel A quanto o biodiesel base éster na formulação do Diesel B</li> <li>Considerar tanto o biodiesel de base parafínica quanto o biodiesel base éster para atendimento ao teor compulsório de biodiesel presente na formulação do Diesel B</li> <li>Necessidade de regulamentação do Diesel Verde (biodiesel base parafínica) para o enquadramento adequado no programa RenovaBio</li> <li>Desafios de atendimento ao PROCONVE P8 devido às limitações dos contaminantes metálicos e à durabilidade de emissões;</li> <li>Recomendar a adoção de uma Resolução única para o biodiesel com diferentes anexos conforme a rota de produção, a exemplo do que a ANP pratica para o BioQAV, a fim de trazer maior flexibilidade e celeridade para o enquadramento regulatório de novos processos de produção.</li> </ul>	<p>O IBP apoia a diversificação da matriz de combustíveis e o incremento da participação de biocombustíveis no mercado nacional.</p> <p>No entanto, entendemos que a implementação do Diesel Verde deve levar em consideração uma análise ampla do contexto e das condições do mercado de combustíveis no Brasil, a fim de alinhar-se com as políticas adotadas em todo o mundo.</p> <p>Desta forma, é importante que as propostas para a Resolução em comento considerem que:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>A diretiva <i>Carbon Offsetting and Reductions Scheme for International Aviation</i> (CORSIA) prevê a redução de emissões de GEE na aviação internacional, e entrará em vigor em 2021, para 70 países voluntários, e, em 2027, para os demais países membros da <i>International Civil Aviation Organization</i> (ICAO), inclusive o Brasil, trazendo a necessidade de ampliação da produção e utilização de BioQAV</li> <li>Para viabilizar a produção de BioQAV em grande escala, é necessária a produção conjunta do biodiesel base parafínica (Diesel Verde), para otimizar os custos de produção e competitividade de ambos os produtos; assim, os entraves ao desenvolvimento do Diesel Verde impactam diretamente no desenvolvimento do BioQAV e no atendimento ao CORSIA.</li> </ul>

		<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ A nota técnica DPG-SDB nº 01/2020, elaborada pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), destaca que: (i) “o biodiesel base hidrocarbonetos parafínicos pode ser elegível para formulação do diesel B, tanto no percentual dedicado à parcela renovável (desde 2008, representada pelo biodiesel base éster), quanto em substituição ao diesel mineral; (ii) “um maior rigor em suas especificações (do Diesel Verde) poderia restringir o desenvolvimento do mercado”; e (iii) “os limites de especificação precisam ser cautelosamente estabelecidos, de forma a não sobreonerar um outro combustível renovável, que surge com potencial de proporcionar benefícios técnicos, ambientais e sociais ao Brasil”;</li> <li>▪ Ainda segundo a nota técnica DPG-SDB nº 01/2020 da EPE, “A Lei nº 11.097/2005 (BRASIL, 2005) apresenta uma definição ampla para o biodiesel, como sendo qualquer combustível derivado de biomassa renovável para uso em motores do ciclo Diesel, (...) Transcorridos mais de quinze anos, mostrou-se necessário que a regulamentação permitisse incorporar os avanços tecnológicos observados, possibilitando o uso de outros combustíveis renováveis oriundos da biomassa, em motores de ciclo Diesel, que também podem ser adicionados ao diesel fóssil para compor a mistura do diesel B.”</li> <li>▪ De fato, a Lei 11.097/2005 define biodiesel como qualquer “biocombustível derivado de biomassa renovável para uso em motores a combustão interna com ignição por compressão ou, conforme regulamento, para geração de outro tipo de energia, que possa substituir parcial ou totalmente combustíveis de origem fóssil”, caracterizando o Diesel Verde como um biodiesel;</li> <li>▪ Ainda, o art. 6º, inciso XXIV da Lei 9.478/97, <b>define</b> que toda substância derivada de biomassa renovável é um biocombustível, tais como o biodiesel e o etanol; já em seu art. 8º, inciso XVIII, estabelece como uma das atribuições da ANP “<b>especificar</b> a qualidade dos derivados de petróleo, gás natural e seus derivados e dos biocombustíveis.” Definição e Especificação não se confundem: enquanto a Lei caracteriza e define o que é um biocombustível, cabe à ANP estabelecer suas especificações, não cabendo estender ou restringir a interpretação da Lei.</li> <li>▪ A Resolução CONAMA nº 490/2018, que estabelece a Fase PROCONVE P8, define novos limites máximos de emissão, aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2022, e a Lei nº 8.723/1993</li> </ul>
--	--	---

		<p>que estabelece em seu art. 7º que “Os órgãos responsáveis pela política energética, especificação, produção, distribuição e controle de qualidade de combustíveis, são obrigados a fornecer combustíveis comerciais, a partir da data de implantação dos limites fixados por esta lei, e de referência para testes de homologação, certificação e desenvolvimento, com antecedência mínima de trinta e seis meses do início de sua comercialização.”</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Conforme destaca o relatório “Análise de conjuntura dos biocombustíveis 2018”, elaborado pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE): “Em relação às mudanças previstas na fase P8/Euro 6, deve-se atentar para o incremento do teor de biodiesel na mistura, uma vez que estudos realizados pelas montadoras mostram que os motores Euro 6 não se encontram preparados para receber misturas de biodiesel no diesel acima de 7%, o que conflita com o combustível já disponível no mercado brasileiro com teor de 10% (B10). Nesta fase do programa, o uso desta nova tecnologia de motores requer estudo detalhado para avaliar seus impactos no mercado, dado o seu maior custo, tanto de investimento inicial quanto operacional (aumento de 10 a 15%) e a melhoria na infraestrutura para fornecimento de óleo diesel do tipo S10 e ARLA32, uma vez que os motores da fase P8 (equivalente à Euro 6) são extremamente sensíveis à qualidade do diesel (NTU, 2019).</li> <li>▪ Cabe destacar que na Europa há limitação de 7% de biodiesel base éster nas misturas com o Óleo Diesel A para evitar a presença de contaminantes metálicos que gerem problemas aos sistemas de pós tratamento dos veículos com motores com tecnologia Euro VI. O Diesel Verde (biodiesel base parafínica) é a solução utilizada na Europa para atendimento a estes requisitos e aos mandatos de combustíveis renováveis. RED II que entrou em vigor em 2020 estabelece o controle de percentuais por balanço.</li> <li>▪ Por fim, destacamos a necessidade de endereçar o biodiesel de base parafínica na Resolução ANP 03/2011, art. 2º, que apresenta os produtos sujeitos ao PMC – Programa de marcação compulsória, ou até que surjam outras tecnologias, a fim de identificar adequadamente a presença deste produto nas misturas de Diesel B comercializadas e mitigar eventual comércio irregular.</li> </ul>
--	--	---

ART 1º	Art. 1º Esta Resolução estabelece a especificação do <del>diesel-verde biodiesel de base parafínica</del> , bem como as obrigações quanto ao controle da qualidade a serem atendidas pelos agentes econômicos que comercializem esse combustível em território nacional.	Recomendamos os ajustes de nomenclatura para a caracterização técnica do chamado Diesel Verde como biodiesel de base parafínica, para harmonização ao contexto trazido pela Lei 11.097/2005.
ART 2º	<p>Art. 2º O <del>diesel-verde biodiesel de base parafínica</del>, abrangido por esta Resolução, pode ser produzido a partir das seguintes rotas:</p> <p>I - hidrotratamento de óleo vegetal <del>e animal</del>, gordura animal, ácidos graxos, óleo de algas e resíduos como, por exemplo, óleo de cozinha usado;</p> <p>II - gás de síntese proveniente <del>de biomassa de fontes renováveis</del>;</p> <p>III - <del>fermentação do caldo de cana-de-açúcar</del>; processos fermentativos;</p> <p>IV - oligomerização de álcoois; <del>álcool etílico (etanol) ou isobutílico (isobutanol)</del>;</p> <p>V – hidrotermólise catalítica de ésteres de ácidos graxos e ácidos;</p> <p>Parágrafo único: o combustível renovável obtido pela rota coprocessamento de óleo diesel mineral com óleo vegetal, gordura animal, ácidos graxos, óleo de algas e/ou resíduos como, por exemplo, óleo de cozinha usado, em unidade de hidrotratamento, deve atender às especificações do óleo diesel para as aplicações definidas na RANP nº 50, de 23 de dezembro de 2013, ou outra que vier a substituí-la.</p>	<p>Recomendamos a adoção de listagem mais abrangente de tecnologias, em linha com a Nota Técnica nº 01/2020 elaborada pela EPE – Empresa de Pesquisa Energética, que trata de combustíveis renováveis para uso em motores Ciclo Diesel.</p> <p>Desta forma, contempla-se o uso de outras matérias primas e processos, inclusive aqueles já reconhecidos internacionalmente, a fim de ampliar a oferta e a concorrência no mercado, além de trazer maior flexibilidade para a adoção de novas tecnologias.</p> <p>Importante também prever a utilização do produto proveniente da rota de coprocessamento para atendimento do mandato de biodiesel, sem restrições.</p>
ART 3º	<p>Art. 3º Para fins desta Resolução, ficam estabelecidas as seguintes definições:</p> <p>(...)</p> <p>VI - certificado da qualidade: documento da qualidade que contém todos os resultados das características físico-químicas requeridas nesta Resolução para o <del>biodiesel de base parafínica</del>;</p> <p>VII – <del>Diesel Verde ou biodiesel de base parafínica</del>: biocombustível composto por hidrocarbonetos parafínicos destinado a veículos dotados de motores do ciclo Diesel que seja produzido a partir das rotas indicadas no art. 2º e que atenda às especificações técnicas condas no Anexo desta Resolução;</p> <p>(...)</p> <p>X - produtor de <del>diesel-verde biodiesel</del>: pessoa jurídica autorizada pela ANP ao exercício da atividade de produção de biocombustíveis destinados a veículos dotados de motores do ciclo Diesel.</p>	Recomendamos os ajustes de nomenclatura para a caracterização técnica do chamado Diesel Verde como biodiesel de base parafínica, para harmonização ao contexto trazido pela Lei 11.097/2005.
CAPÍTULO III	DO CONTROLE DA QUALIDADE DO <del>DIESEL-VERDE BIODIESEL DE BASE PARAFÍNICA</del> E SUAS MISTURAS <del>COM DIESEL A E BIODIESEL</del>	Recomendamos os ajustes de nomenclatura para a caracterização técnica do chamado Diesel Verde como biodiesel de base parafínica, para harmonização ao contexto trazido pela Lei 11.097/2005.
ART 4º	Art. 4º É vedada a comercialização de <del>diesel-verde biodiesel de base parafínica</del> que não se enquadre na especificação estabelecida no Anexo.	Recomendamos os ajustes de nomenclatura para a caracterização técnica do chamado Diesel Verde como biodiesel de base parafínica, para harmonização ao contexto trazido pela Lei 11.097/2005.

<p><b>ART 5º</b></p>	<p>Art. 5º O <del>diesel-verde</del> biodiesel de base parafínica, produzido a partir das rotas descritas no art. 2º, pode ser adicionado ao diesel A para formulação do diesel B, em atendimento às especificações de qualidade o diesel B, conforme suas aplicações definidas na RANP nº 50, de 23 de dezembro de 2013, ou outra que vier a substituí-la, em qualquer proporção, sendo inclusive considerado para atendimento de teor compulsório. <del>a mistura resultante ser destinada a veículos dotados de motores do ciclo Diesel, de uso rodoviário.</del></p> <p><del>§ 1º É vedado o uso da mistura composta por diesel A e diesel verde, sem biodiesel, no teor compulsório</del></p> <p><del>§ 2º O diesel A e o biodiesel utilizados para compor a mistura ternária de que se trata o caput, devem atender às especificações ANP vigentes para esses combustíveis;</del></p> <p><del>§ 3º A mistura ternária, de que se trata o caput, deve atender integralmente à especificação da ANP vigente para o óleo diesel B e deve ser redesignada como óleo diesel B.</del></p> <p>Parágrafo único. Para efeito de fiscalização, a ANP realizará as análises para aferir o atendimento ao teor mínimo compulsório de produto renovável através das normas ASTM 7371 (biodiesel base éster) e ASTM 6866 (biodiesel base parafínica), ou outras que vierem a substituí-las.</p>	<p>Recomendamos os ajustes de nomenclatura para a caracterização técnica do chamado Diesel Verde como biodiesel de base parafínica, para harmonização ao contexto trazido pela Lei 11.097/2005.</p> <p>Cabe lembrar que o art. 6º, inciso XXIV da Lei 9.478/97, define que toda substância derivada de biomassa renovável é um biocombustível, tais como o biodiesel e o etanol; já em seu art. 8º, inciso XVIII, estabelece como uma das atribuições da ANP “especificar a qualidade dos derivados de petróleo, gás natural e seus derivados e dos biocombustíveis.” Definição e Especificação não se confundem: enquanto a Lei caracteriza o que é um biocombustível, cabe à ANP definir suas especificações, não cabendo estender ou restringir a interpretação da Lei.</p> <p>Sendo o Diesel Verde caracterizado como biodiesel, deve ser contemplada a possibilidade de utilização deste combustível para atendimento do teor compulsório estabelecido por Lei, ampliando a oferta e a concorrência e promovendo a melhoria da qualidade dos produtos comercializados no mercado.</p> <p>Desta forma, a redação original do § 1º do art. 5º, que limita a utilização do biodiesel parafínico à substituição da parcela atualmente destinada ao diesel A, cria uma assimetria concorrencial entre os produtos, infringindo diversos incisos do art. 4º da Lei de Liberdade Econômica (Lei 13.874/2019).</p> <p>Assim, não há que se falar em vedação para a competição do biodiesel base parafínica (diesel verde) com o biodiesel base éster - como sugere o trecho da minuta em comento – sob pena do desincentivo aos avanços tecnológicos do setor, à melhor prática concorrencial, à sociedade/consumidores e mesmo ao meio ambiente. Com isso o § 1º do art. 5º deve ser excluído.</p> <p>Os § 2º e § 3º mencionam mistura “ternária”, porém o termo não é aplicável, pois estas são sempre formadas a partir de substâncias puras, o que não é o caso do biodiesel nem do óleo diesel A, devendo tais parágrafos ser excluídos.</p> <p>Destacamos, ainda, que já existem métodos e procedimentos disponíveis para a identificação do teor de biodiesel de base parafínica (diesel verde) na mistura do Diesel B, os quais recomendamos sejam incluídos em Parágrafo único.</p>
----------------------	---	---

<b>ART 8º</b>	Art. 8º A mistura <del>ternária</del> , de que se trata o art. 5º, somente pode ser formulada pelo distribuidor de combustíveis líquidos e pelo produtor de diesel A, autorizados pela ANP.	Ajuste feito para manter coerência com as alterações/justificativas apresentadas em relação ao art. 5º.
<b>ART 9º</b>	<del>Art. 9º O produtor de diesel A e o distribuidor de combustíveis líquidos, no caso de realizar a mistura ternária composta por diesel A, diesel verde e biodiesel, deve garantir a qualidade da mistura e emitir o boletim de conformidade de amostra representativa, cujos resultados dos ensaios devem atender aos limites estabelecidos na especificação ANP vigente para o óleo diesel B.</del>	A definição da responsabilidade sobre a documentação a ser emitida para o óleo diesel B deve ser definida na resolução referente ao óleo diesel B, atualmente, RANP nº 50/2013.
<b>ART 12</b>	Art. 12. O Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica (DANFE) ou a documentação fiscal referente às operações de comercialização realizadas deve indicar o código e descrição do produto estabelecidos pela ANP, conforme legislação vigente, além do número do certificado da qualidade ou boletim de conformidade, conforme o produto comercializado.  Parágrafo único. O DANFE ou a documentação fiscal a que se refere o caput deve ser acompanhada de cópia legível do certificado da qualidade do <del>diesel verde biodiesel de base parafínica</del> ou do boletim de conformidade da mistura composta por diesel A, <del>diesel verde biodiesel de base parafínica</del> e biodiesel <del>de base éster</del> (redesignada como óleo diesel B), conforme o produto comercializado.	Recomendamos os ajustes de nomenclatura para a caracterização técnica do chamado Diesel Verde como biodiesel de base parafínica, para harmonização ao contexto trazido pela Lei 11.097/2005.
<b>ART 13</b>	Art. 13. A documentação fiscal que comprova a aquisição e comercialização do <del>diesel verde biodiesel de base parafínica</del> e de suas misturas com diesel A e biodiesel <del>de base éster</del> deve ficar à disposição da ANP pelo prazo mínimo de um ano, a contar da data de sua comercialização.	Recomendamos os ajustes de nomenclatura para a caracterização técnica do chamado Diesel Verde como biodiesel de base parafínica, para harmonização ao contexto trazido pela Lei 11.097/2005.
<b>ART 14</b>	Art. 14. No caso de importação de <del>diesel verde biodiesel de base parafínica</del> , devem ser seguidas as regras específicas estabelecidas na Resolução ANP nº 680, de 05 de junho de 2017, respondendo o importador pela qualidade do produto.  Parágrafo único. Para internação do produto em atendimento ao caput, deverá ser realizada a análise completa do <del>diesel verde biodiesel de base parafínica</del> no destino.	Recomendamos os ajustes de nomenclatura para a caracterização técnica do chamado Diesel Verde como biodiesel de base parafínica, para harmonização ao contexto trazido pela Lei 11.097/2005.
<b>ANEXO TÍTULO TABELA 1</b>	TABELA 1 – ESPECIFICAÇÃO DO <del>DIESEL VERDE BIODIESEL DE BASE PARAFÍNICA</del>	Recomendamos os ajustes de nomenclatura para a caracterização técnica do chamado Diesel Verde como biodiesel de base parafínica, para harmonização ao contexto trazido pela Lei 11.097/2005.

<b>ANEXO TABELA 1 – ESPECIFICAÇÃO DO DIESEL VERDE: NOTA 1</b>	<p>1. Limite deve ser atendido apenas para o <b>diesel-verde biodiesel de base parafínica proveniente</b> de: hidrotratamento de óleo vegetal e animal; gás de síntese proveniente de biomassa; e fermentação do caldo de cana-de-açúcar. Para o <b>diesel-verde biodiesel de base parafínica proveniente</b> de oligomerização de álcool etílico ou isobutílico, o resultado deve ser apenas reportado, sem limite especificado.</p>	<p>Recomendamos os ajustes de nomenclatura para a caracterização técnica do chamado Diesel Verde como biodiesel de base parafínica, para harmonização ao contexto trazido pela Lei 11.097/2005.</p>
<b>ANEXO TABELA 1 – ESPECIFICAÇÃO DO DIESEL VERDE: TEOR DE METAIS / NOTA 3</b>	<p>3. O ensaio deve ser realizado apenas para os metais que possam estar presentes nos produtos obtidos em processos que utilizam catalisadores <b>homogêneos e outros insumos, como, por exemplo, água de processo</b>, utilizados na rota de produção do <b>diesel-verde biodiesel de base parafínica</b>.</p>	<p>A exigência de análise de teor de metais não deverá ser solicitada no caso de utilização de processos com catálise heterogênea, onde já se prevê a remoção de possíveis metais, pois os processos com catalisadores heterogêneos proporcionam uma etapa adicional para a retenção dos metais presentes no produto.</p> <p>Observa-se que na especificação EN 15940 do diesel parafínico renovável (diesel verde), que considera apenas os processos I e II desta proposta de resolução (hidrotratamento de matérias primas renováveis e Fischer-Tropsch), o controle de metais não é requerido, visto que se trata de processo exclusivamente por catálise heterogênea.</p> <p>Assim, o controle de metais deve ser efetuado apenas para os produtos obtidos a partir de processos que utilizam catalisadores homogêneos, onde os metais presentes na carga, ou dos próprios catalisadores, podem permanecer no produto, como o próprio caso de produção de biodiesel base éster onde a contaminação com fósforo pode advir da própria matéria prima, sódio e potássio dos catalisadores utilizados no processo, e cálcio e magnésio da água utilizada no processo.</p> <p>Desta forma, deve-se garantir a isonomia quanto ao limite máximo dos metais presentes nos catalisadores homogêneos desses processos e outros insumos.</p> <p>Outrossim, visando o tratamento isonômico entre o biodiesel base éster e biodiesel base parafínica (diesel verde), entendemos que devem ser estabelecidos os mesmos valores máximos de determinação do teor de metais para tais produtos.</p> <p>Ainda neste contexto, recomendamos fortemente que seja estabelecida uma resolução única para o biodiesel, contemplando os diversos tipos de biodiesel que vierem a ser comercializados no país, e seus respectivos processos, a exemplo do que já vem sendo feito em relação à especificação do BioQAV.</p> <p>Para tanto, alertamos para a necessidade de ajuste no marco infralegal (RANP nº 45/2014), conforme a Lei nº 11.097/2005, que prevê as seguintes definições:</p>

		<ul style="list-style-type: none"> <li>• “Biocombustível: combustível derivado de biomassa renovável para uso em motores a combustão interna ou, conforme regulamento, para outro tipo de geração de energia, que possa substituir parcial ou totalmente combustíveis de origem fóssil.</li> <li>• Biodiesel: biocombustível derivado de biomassa renovável para uso em motores a combustão interna com ignição por compressão ou, conforme regulamento, para geração de outro tipo de energia, que possa substituir parcial ou totalmente combustíveis de origem fóssil.”</li> </ul>
<b>ANEXO</b> <b>TABELA 1 –</b> <b>ESPECIFICAÇÃO</b> <b>DO DIESEL</b> <b>VERDE: NOTA 4</b>	4. Aplicável apenas para o <del>diesel verde</del> biodiesel de base parafínica produzido de fermentação do caldo de cana-de-açúcar	Recomendamos os ajustes de nomenclatura para a caracterização técnica do chamado Diesel Verde como biodiesel de base parafínica, para harmonização ao contexto trazido pela Lei 11.097/2005.

Este formulário deverá ser encaminhado à ANP para o endereço eletrônico: [conspub\\_qualidade@anp.gov.br](mailto:conspub_qualidade@anp.gov.br).